

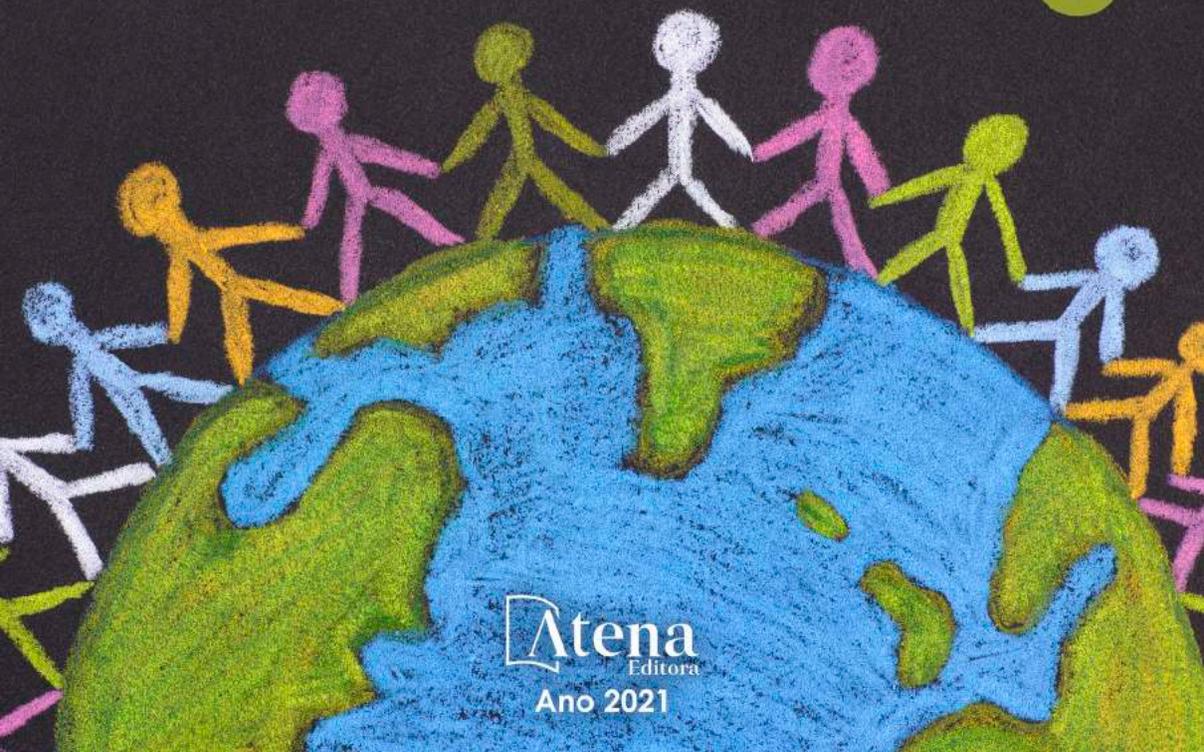
AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

3



Atena
Editora
Ano 2021

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

3



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-649-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.499211611>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Educação enquanto fenômeno social: Democracia e Emancipação Humana**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, a mulher negra, o trabalhador, a juventude rural, os professores em seus diferentes espaços de trabalho, entre outros.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrusa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O PROCESSO EXPANSIONISTA DE EDUCAÇÃO SOB O IDEÁRIO DE PRIVATIZAÇÃO

Isabela Fernanda Barros Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116111>

CAPÍTULO 2..... 7

PROJETO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA USADA NA SALA DE AULA INVERTIDA

Alejandro Rosas Mendoza

Melva Flores Gil

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116112>

CAPÍTULO 3..... 19

O SISTEMA MÉTRICO DECIMAL COMO SABER ESCOLAR NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES NA REVISTA “A ESCHOLA PUBLICA” E DA LEGISLAÇÃO ESCOLAR DE SÃO PAULO

Elenice de Souza Lodron Zuin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116113>

CAPÍTULO 4..... 33

EVASÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UNIDADE TRINDADE (2015-2019)

Roseli Vieira Pires

Dalila Aparecida Sousa Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116114>

CAPÍTULO 5..... 45

ERA DIGITAL E TRANSFORMAÇÃO 4.0: INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Francisco Carlos Paletta

Victor F. A. Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116115>

CAPÍTULO 6..... 54

“ME EMPRESTA SEU LÁPIS COR DE PELE?” UM ESTUDO DE CASO SOBRE O EMBRANQUECIMENTO NA EDUCAÇÃO

Alinny Rodrigues Emerich Portela

Joel Almeida Neto

Edmar Reis Thiengo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116116>

CAPÍTULO 7..... 58

DESARROLLO E IMPLEMENTACIÓN DE PLATAFORMA MÓVIL PARA MEDIR POTENCIAL DE APRENDIZAJE EN TÓPICOS DE FÍSICA

Juan Pablo Ramos Andrade

Hugo Marcelo Ruiz Araya

Belisario Gutiérrez Fuentealba
Paola Lazcano Olea
Pedro Alejandro Orellana Dinamarca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116117>

CAPÍTULO 8..... 68

UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DO ENSINO TÉCNICO AGROPECUÁRIO: FORMAÇÃO PARA O CAPITAL X FORMAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Celso Eduardo Pereira Ramos
Everton Marcos Batistela
Dalva Paulus
Leandro Turmena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116118>

CAPÍTULO 9..... 77

PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: NA PERSPECTIVA DA LUDICIDADE

Edileide Feitosa Escórcio
Lucrécia Gomes Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4992116119>

CAPÍTULO 10..... 88

LIMITES E PERSPECTIVAS NA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/UFRGS

Dilmar Luiz Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161110>

CAPÍTULO 11..... 97

IMPLEMENTACIÓN DEL APRENDIZAJE BASADO EN PRODUCTOS COMO PROPUESTA METODOLÓGICA DE APRENDIZAJE ACTIVO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

José Miguel Romero-Saritama
Janneth Simaluiza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161111>

CAPÍTULO 12..... 109

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO MÉXICO

Elías Gaona Rivera
Eduardo Rodríguez Juárez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161112>

CAPÍTULO 13..... 116

OS COMPORTAMENTOS, SUA VULNERABILIDADE E INSTABILIDADE HUMANA EM ESPAÇO CONFINADO

Rosa Maria Padroni
Sergio Lukine
Suely Aparecida Banhos Navarro Rezende
Antonio Eduardo Assis Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161113>

CAPÍTULO 14..... 125

AS POTENCIALIDADES DO USO DO *SMARTPHONE* PARA PROFESSORES EM FORMAÇÃO INICIAL

Cíntia Costa Macedo

Grayce Lemos

Juline Maria Fonseca Pereira dos Santos

Juliana Cristina Faggion Bergmann

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161114>

CAPÍTULO 15..... 136

LA INCLUSIÓN: EXPERIENCIA DE INVESTIGACIÓN EN INSTITUCIÓN TÉCNICO AGROPECUARIO SANTA SOFÍA

Henry Alberto Ojeda Suarez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161115>

CAPÍTULO 16..... 143

CURRÍCULO E FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MEDICINA DA UFRR

Josefa da Conceição Silva

Calvino Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161116>

CAPÍTULO 17..... 153

A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sandra Freitas de Souza

Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161117>

CAPÍTULO 18..... 168

OS OBSTÁCULOS DIDÁTICOS DOS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO AO ANALISAR GRÁFICOS QUALITATIVOS

David Ribeiro de Araújo Neves

Mayra Judith da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161118>

CAPÍTULO 19..... 182

ENSINO EM CONSTANTE APRIMORAMENTO: ASPECTOS DEFENDIDOS POR ACADÊMICOS COMO ATRATIVOS A UNIVERSIDADE

Lílian Corrêa Costa Beber

Marli Dallagnol Frison

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161119>

CAPÍTULO 20..... 193

DANÇA DE RUA COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Merillane Dias de Oliveira
Gabriel Nascimento de Miranda
Brenno de Lucena Andrade
Helydriane Marques da Silva
Jefferson de Lima Araújo
Brunna Nascimento Pereira
Jéssica Guedes do Nascimento
Danilo Lira de Sousa
Tiago Oliveira Pereira
Emerson Fernandes de Lima
Tarcyanno Santos Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161120>

CAPÍTULO 21..... 200

CONVERSAR E TENSIONAR NA FORMAÇÃO (DES)CONTINUADA INVENTIVA/ INCLUSIVA: RELATOS DE UMA ESCOLA-TERRITÓRIO

Marcia Roxana Cruces Cuevas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161121>

CAPÍTULO 22..... 217

IMAGENS DE MULHERES PROFESSORAS NA *REVISTA DE EDUCAÇÃO* DO ESPÍRITO SANTO – BRASIL (1934-1937): USOS E SIGNIFICADOS

Elda Alvarenga
Rafaelle Flaiman Lauff

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161122>

CAPÍTULO 23..... 231

BIOMA CERRADO COMO INCENTIVO À LEITURA EM AULAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Elizangela Oliveira Soares Franczak
Daniel David Franczak

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161123>

CAPÍTULO 24..... 240

LEITORES DE TELA NA INCLUSÃO DIGITAL

Fernanda dos Santos Beserra
Janete Pereira do Amaral
Patrícia Freitas Campos de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161124>

CAPÍTULO 25..... 246

MEMÓRIA, APRENDIZAGEM E METODOLOGIAS DE ENSINO

Kesley Mariano da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49921161125>

| | |
|---------------------------------|------------|
| SOBRE O ORGANIZADOR..... | 253 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 254 |

CAPÍTULO 17

A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 06/08/2021

Sandra Freitas de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte – M.G
<http://lattes.cnpq.br/7572327946841261>

Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte – M.G
Orcid: 102 35 279 13

RESUMO: A formação de professores torna-se a cada dia, um assunto relevante a se pesquisar, principalmente no que se refere à educação de pessoas com deficiência, pois tem-se encontrado muitos professores que ainda se dizem despreparados para o trabalho com esses estudantes. Tendo em vista que, a permanência desses sujeitos em ambientes comuns a todos é um direito inalienável, é fundamental que se pense na formação do professor, pois este terá a missão de oferecer aos estudantes, uma educação de qualidade. No que se refere ao professor que leciona, na Educação Profissional, o assunto é ainda mais premente, pois esta é uma área ainda pouco pesquisada. O presente artigo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de realizar uma pesquisa bibliográfica, que possa trazer elucidaciones a respeito desse tema. Foram

pesquisados vários autores das áreas da Educação Inclusiva, Educação Profissional e Formação de Professores, além de documentos oficiais do Ministério da Educação e várias outras legislações brasileiras, que versam sobre o assunto. Ao final, pode-se perceber que, ainda há muito o que se fazer, na área da Educação profissional para que seus professores possam desenvolver um trabalho efetivo, tendo em vista a diversidade presente nas salas de aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Educação profissional. Estudantes com deficiência.

TEACHER EDUCATION IN PROFESSIONAL EDUCATION: A STUDY THAT DIALOGUES WITH INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: Teacher's education becomes every day a relevant subject to be researched, especially when it comes to the education of people with disabilities, as many teachers are still unprepared to work with these students. Bearing in mind that the permanence of these subjects in environments common to all is an inalienable right, it is fundamental to think about teacher education, because he/she will have the mission of offering students a quality education. When it comes to the teacher who teaches in Professional Education, the issue is even more pressing, since this is an area that has been little researched. The present article was carried out through a qualitative research, with the objective of conducting a bibliographic research, which can bring elucidation about this theme. Several authors from the areas of Inclusive Education,

Professional Education and Teacher Training were researched, as well as official documents from the Ministry of Education and several other Brazilian legislations that deal with the subject. In the end, one can see that there is still a lot to be done in the area of Professional Education so that its teachers can develop an effective work, in view of the diversity present in the classrooms.

KEYWORDS: Teacher's education. Professional Education. Students with Disabilities.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional ainda é um tema pouco explorado pela Educação Inclusiva. Mesmo que as legislações nacionais e internacionais garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência em ambientes escolares, comuns a todos, a concentração das pesquisas tem se dado, com mais intensidade, nas diversas fases da Educação Básica, por ser garantida como direito constitucional.

A modalidade educacional, nomeadamente Educação Profissional, mostrou-se, ao longo dos anos, como uma grande dificuldade e até mesmo impossibilidade de acesso para as pessoas com deficiência, tendo em vista as barreiras encontradas por esses sujeitos em seu percurso escolar, que interferiram no alcance de graus mais elevados de escolaridade. E, quando conseguiam atingi-los, encontravam escolas e professores despreparados para o trabalho.

Nos séculos XX e XXI, podem ser destacados, vários movimentos reivindicatórios das minorias sociais e, entre eles, os referentes às pessoas com deficiência, defendendo direitos sociais, comuns a todos. Dentre esses direitos, destaca-se o que se refere ao adentramento e à permanência dos estudantes, com deficiência, nos diferentes níveis e modalidades de educação e, de modo mais específico, na Educação Profissional, sendo que esta, reveste-se de maior importância, por possibilitar, a esses sujeitos, a capacitação laboral. A partir dessas reivindicações, percebe-se que, esses graus mais elevados de escolaridade têm sido conquistados por eles, especificamente a Educação Profissional de nível médio e superior.

Tendo em vista que, tanto o que está disposto no Artigo 205, da Constituição Federal de 1988¹, quanto o determinado pelo Artigo 2º, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9394/96)² (BRASIL, 1996), pode-se afirmar que, esses dispositivos legais, devem contemplar todos os cidadãos brasileiros, inclusive, aqueles com deficiência. E ainda, em ambos os documentos, se faz referência à qualificação para o trabalho, como uma das finalidades da educação, para todos os cidadãos, evidenciando que essa qualificação, se torna fundamental, para o desenvolvimento das pessoas, independentemente de suas diferentes condições.

1 "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

2 "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996).

Diante disso, levando-se em consideração essas afirmações, neste artigo, é abordada a Educação Profissional, na perspectiva inclusiva, ou seja, a proposta de atendimento aos estudantes com deficiência e a formação do professor nessa modalidade de educação. A Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015, promulgada como Lei Brasileira de Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência, é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). Essa lei garante às pessoas com deficiência, o direito a uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades educacionais e a formação do professor para atendimento a esse público. De acordo com o Artigo 28 dessa lei, “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”, dentre outros:

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva, será ressaltada a importância do trabalho que deve ser realizado pelos professores, na referida modalidade educacional, considerando uma das prerrogativas da educação inclusiva que é ofertar a educação para todos, ou seja, trabalhar com a diversidade. De acordo com Carvalho (2008, p. 32),

[...] escola para todos é a que permite o acesso a todos os alunos, bem como o sucesso de cada um deles, entendido o acesso como o conjunto de procedimentos intrínsecos e extrínsecos ao sistema educativo, que garantam ao aluno frequentar a escola e se relacionar com a comunidade escolar, e o sucesso como a concretização dos objetivos fixados no Projeto Educativo da escola em geral, e pelo professor, em particular, para a respectiva turma e para o aluno, através de um Projeto Curricular de Turma resultante de uma correta avaliação diagnóstica onde se refletem objetivos de recuperação e de ampliação, considerando as suas potencialidades e necessidades específicas e a ecologia envolvente.

No entanto, mesmo considerando, que está estabelecido no § 2º, do Artigo 1º da LDB n. 9394/96, “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996), essa determinação ainda não está bem consolidada quando se trata de pessoas com deficiência, principalmente, no que se refere à Educação Profissional.

Diante disso, neste artigo, contempla-se o que deve ser realizado pelos professores nessa modalidade educacional, com estudantes com deficiência, tomando-se como base, o que está disposto para os estudantes em geral, mas levando-se em consideração, as especificidades daquele público, em apreço. Contempla-se também os aspectos relacionados à formação desses docentes, adentrando na Educação Profissional, na perspectiva da inclusão. De acordo com o Parecer n. 16/99:

A educação profissional é, antes de tudo, educação. Por isso mesmo, rege-se pelos princípios explicitados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, a valorização dos profissionais da educação e os demais princípios consagrados pelo artigo 3º da LDB devem estar contemplados na formulação e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas e demais instituições de educação profissional (BRASIL, 1999).

Dessa forma, pretende-se com este estudo, elucidar algumas questões que se relacionam à necessidade de uma formação específica para os docentes da educação profissional, que lecionam para estudantes com deficiência. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de levantamento bibliográfico sobre o assunto em questão.

DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO TRABALHO COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

De acordo com Viégas (2003, p. 23), “cada escola de Educação Profissional deve trabalhar com uma organização de ensino aberta e flexível, ou seja, capaz de receber alunos de perfil variado”, incluídos aqui, aqueles que possuem alguma deficiência. Para isso, é fundamental que se conheça os objetivos do curso profissional, para que se possa definir, como esses sujeitos com deficiência, podem ter acesso a essa modalidade da educação, obtendo bons resultados na aprendizagem, objetivando tanto sua inserção no setor laboral, quanto no societário.

De acordo com o inciso IV, do Artigo 59 da LDB em apreço, a Educação Profissional, para pessoas com deficiência, tem por objetivo, a inserção desses sujeitos, no mundo do trabalho, como forma de inclusão social. Essa determinação legal, abrange todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas, com grandes dificuldades e, abrange também, as que possuem altas habilidades (BRASIL, 1996).

No artigo 39, ainda da LDB em vigência, “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996) e, para as pessoas com deficiência essa modalidade se torna uma opção para ingressarem no mundo do trabalho, em uma situação de melhor qualificação, buscando trabalhos mais elaborados do que aqueles que até então lhes foram destinados.

Tomando-se por base os Referencias Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (RCNEPNT), o foco atual da Educação Profissional tanto se transfere dos conteúdos para as competências, quanto se dispõe, sobre um novo público. E, nessa perspectiva, pode-se constatar, maiores possibilidades de sucesso. Conforme esse documento,

[...] a educação profissional está concebida sob um paradigma pedagógico que, embora novo do ponto de vista da sua incorporação oficial, já há algum tempo frequenta e inspira muitos discursos e estudos, sem estar, ainda, presente de forma significativa na real prática educacional. De acordo com esse paradigma e como resposta ao novo perfil que a laborabilidade ou a trabalhabilidade vem assumindo, o foco central da educação profissional transfere-se dos conteúdos para as competências (BRASIL, 2000, p. 9).

Isso significa ensinar, de forma que as pessoas aprendam o que é fundamental, na perspectiva da inclusão/inserção societária e laboral, promovendo a autoestima e melhorando a qualidade de vida dos sujeitos, em apreço. Essa propositura enfatiza a necessidade de se garantir, aos sujeitos com deficiência, seus direitos de cidadania, abandonando-se, de vez, as propostas assistencialistas, que foram construídas para eles, durante longos anos, por não se acreditar em suas potencialidades, concentrando-se apenas naquilo que eles tinham de mais deficitário, que era a própria condição de deficiência. De acordo com documento elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),

[...] quanto às pessoas com deficiência, estamos superando o viés assistencialista e caridosamente excludente para possibilitar-lhes a inclusão efetiva. Passaram a ser sujeitos do próprio destino, não mais meros beneficiários de políticas de assistência social. O direito de ir e vir, de trabalhar e de estudar é a mola-mestra da inclusão de qualquer cidadão e, para que se concretize em face das pessoas com deficiência, há que se exigir do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, como preconiza o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, por meio da implantação de políticas públicas compensatórias e eficazes (BRASIL, 2007, p. 11).

Diante disso, é fundamental que se dê ênfase, ao professor, responsável pela formação de sujeitos com deficiência, nessa modalidade de educação, levando-se em conta, o perfil necessário para educar na diversidade, considerando que existem maneiras diferenciadas para aprender e, por isso, se faz necessário, construir propostas que atinjam a todos, sem distinção.

Para Gomes e Marins (2004), na atualidade, é necessário que o professor compreenda as novas realidades e prepare os jovens, ensinando de forma diferente, em consonância com as mudanças, ocorridas, no campo educacional. Nos RCNEPNT, afirma-se que,

As metodologias centradas no ensino transmissivo, elucidativo, explicativo e ilustrativo de conteúdos, mesmo recorrendo a técnicas e recursos de enriquecimento, concretização, experimentação e motivação, servem ao paradigma tradicional de acumulação de conhecimentos (BRASIL, 2000, p. 11).

Nessa perspectiva, Viégas (2003) critica as formas ultrapassadas, através das quais, os professores exerciam o magistério, que não satisfazem as exigências da escola na modernidade, que necessita estar em sintonia, com um novo padrão de sociedade, que “tem na liberdade e na autonomia das pessoas, o princípio de seu funcionamento.

Cada professor deverá tentar trabalhar, a partir da representação dos alunos” (VIÉGAS, 2003, p. 33) e no que se refere às pessoas com deficiência, foco deste trabalho, ainda há um caminho a se percorrer, pois, segundo essa autora, falta sensibilidade para que esses sujeitos sejam acolhidos nos ambientes escolares (VIÉGAS, 2003).

De acordo com os RCNEPNT, existe um novo paradigma para a educação brasileira, no qual,

[...] o currículo, tradicionalmente entendido como uma grade disciplinar preestabelecida, obrigatoriamente reproduzida pelas escolas, passa a ser um conjunto de situações-meio, organizado de acordo com uma concepção criativa local e particular, voltado para a geração de competências, estas sim estabelecidas, para cada área profissional (BRASIL, 2000, p. 7).

Essa maneira de encarar o currículo da Educação Profissional proporciona, para os sujeitos com deficiência, uma possibilidade real de capacitação, na medida em que, como nova proposta, desloca “o trabalho educacional do ensinar, para o aprender, do que vai ser ensinado para o que é preciso aprender no mundo contemporâneo e futuro” (BRASIL, 2000, p. 10). Isso equivale a afirmar que, todos são capazes de aprender e, o trabalho do professor é focar na aprendizagem que, realmente, é essencial para que o estudante se torne um profissional.

De acordo com Santos (2010, p. 82) “a qualidade da educação somente poderá ser efetiva quando nossos alunos conseguirem aprender o que ensinamos e quando aplicarem os conteúdos desenvolvidos na escola, na vida pessoal, prática e profissional”. De acordo com o Artigo 59, da LDB em pauta “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação³: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, 2013). A esse respeito, Viégas (2003, p. 19) considera que,

[...] com o deslocamento do foco da ação educativa do ensinar para o aprender, os currículos dos cursos de Educação Profissional deixam de estar centrados em conteúdos e, em decorrência, afastam-se da ideia de organização em grades curriculares. A ênfase transfere-se para a aquisição e o exercício de competências, estas articuladoras de conhecimentos. Nesta perspectiva, os métodos e as técnicas de ensino/aprendizagem são essenciais para o desenvolvimento de um itinerário formativo, interligado permanentemente com os contextos polimodais do mundo do trabalho.

Dessa forma, é necessário se pensar na metodologia como uma questão essencial para o trabalho docente e, o professor, ao construir sua proposta pedagógica deverá propor situações que possam contribuir para implementação dessa nova proposta de formação profissional. De acordo com os RCNEPNT, no paradigma de construção de competência, centrado na aprendizagem, a metodologia passa a ser considerada como uma questão essencial, que se identifica com as ações ou o processo de trabalho do sujeito que aprende.

³ Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

Esse processo é desencadeado por desafios, problemas e/ou projetos propostos pelo professor que o monitora, orienta e assessora (BRASIL, 2000).

Nessa direção, o professor estará promovendo uma ligação, entre aquilo que pretende ensinar, com o que seus estudantes em geral, e aqueles com deficiência, em particular, precisam aprender e, principalmente, de que maneira podem e conseguem aprender para que se tornem trabalhadores produtivos. Assim, nesse paradigma, a metodologia,

[...] tida como secundária no modelo conteudista, assume papel relevante, exigindo atenção prioritária no planejamento do currículo, representado este por um conjunto contextualizado de situações-meio, voltado para a geração de competências requeridas pelo processo produtivo de uma ou mais áreas profissionais (BRASIL, 2000, p. 32).

Manica e Caliman (2014, p. 61) afirmam que “o professor deve saber o limite entre o que pode e o que deve fazer, para que as possibilidades de crescimento educacional do aluno sejam geradas de forma que não estimule a superproteção, ou até mesmo, tutelar esse aluno com deficiência”. Carneiro (2005) afirma que, para isso, as escolas devem organizar as aprendizagens, de forma a viabilizar níveis e formas operacionais para a concepção de educação inclusiva e de escola inclusiva, tomando como referência, os marcos legais e ordenamentos jurídicos existentes. Esses posicionamentos são corroborados por Viégas (2005), quando considera que,

[...] à instituição escolar cabe desenvolver, a partir dos marcos legais existentes e dos ordenamentos jurídicos legais, disponíveis, propostas e níveis de acessibilidade capazes de viabilizar a prática de uma educação inclusiva, a partir de quatro diferentes níveis: currículo, gestão, metodologias e avaliação⁴ (VIÉGAS, 2003, p. 25).

A partir dos diferentes níveis, propostos por Viégas (2003), é fundamental que, tanto a gestão escolar, quanto a gestão da sala de aula, assegurem que o direito à individualização seja foco da prática da educação inclusiva, isto é, deve-se assegurar que os sujeitos com deficiência tenham sua formação, levando-se em consideração, suas especificidades. Essa propositura impõe, à escola e aos professores, segundo essa autora, quatro questões básicas:

I – A quem cabe a centralidade da aprendizagem?

II – Como assegurar espaços institucionais ao direito de cada um conservar ou adquirir a pilotagem sobre sua própria existência?

III – Como possibilitar a construção jurídica e social dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, no âmbito da Educação Profissional?

IV – Como assegurar espaços institucionais para a construção de uma identidade própria? (VIÉGAS, 2003, p. 26).

Para responder a essas questões, é imprescindível que as instituições de formação

4 Maior detalhamento sobre currículo, gestão, metodologias e avaliação, pode ser encontrado em: VIÉGAS, Conceição de Maria Corrêa. Educação Profissional – indicações para a ação: a interface educação profissional/educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 2003, p. 25-26.

técnica profissional, reconheçam os sujeitos com deficiência, em suas especificidades, propondo um Projeto, que reconheça a dimensão social da aprendizagem, não contemplando conteúdos abstratos, nas suas abordagens teóricas (CARNEIRO, 2005). Segundo esse autor, as respostas às questões propostas por Viêgas (2003) devem ter como foco, dentre outras, as seguintes ações:

- Trabalhar sempre com programas flexíveis na organização.
- Desenvolver práticas pedagógicas de educação profissional permeáveis às mudanças do mercado de trabalho.
- Valorizar a diversidade dos indivíduos, detentores de singularidades cerebrais, mentais, psicológicas, afetivas, intelectuais, subjetivas, econômicas e culturais.
- Reconhecer, academicamente, diferentes espaços de produção da informação e do conhecimento.
- Investir no projeto escolar como um meio de despadronização.
- Construir vias de autonomia escolar.
- Potencializar mecanismos de alternativas metodológicas.
- Focar na avaliação de desempenho pessoal e, não, de conteúdos programáticos soltos (CARNEIRO, 2005, p. 52).

A esse respeito, no que tange ao papel do professor, no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, Manica e Caliman (2014, p. 59) afirmam que, “o ato de aprender do aluno envolve a sua íntima relação com as atitudes do professor [...] o professor deve estar bem resolvido sobre o querer da sua prática pedagógica, ou seja, querer ser professor não o faz poder escolher o tipo de aluno”. Acresce-se, ainda, que o professor precisa se colocar no lugar do estudante, para compreender as dificuldades que ele enfrenta, diante de novos conhecimentos, ou seja, “uma prática pedagógica, a partir da concepção dos alunos deve estar na centralidade da formação do professor” (VIÉGAS, 2003, p. 33). Especificamente, no caso da Educação Profissional, para estudantes com deficiência, os professores devem assumir particularidades, que consistem,

[...] em não supervalorizar a totalidade do processo, mas em criar mecanismos de favorecimento de progressão das aprendizagens por ciclos de estudos, unidades de aprendizagem e sucesso de tarefas, no âmbito dos três níveis legais dos cursos de Educação Profissional: curso de nível básico, de nível técnico e de nível tecnológico (VIÉGAS, 2003, p. 33).

A modernidade, cada vez mais complexa e mutável, vem exigindo um profissional, capacitado no campo da Educação Profissional e que tenha “capacidade de inovar, mudar hábitos, mobilizar e articular conhecimentos com rapidez, transformar informações em conhecimentos, ter domínio sobre técnicas e tecnologias de seu campo de atuação e atualizar-se permanentemente” (REHEM, 2009, p. 20). Dessa forma, Carneiro (2005, p. 22) considera que, é fundamental, que se elevem “as condições do trabalho do deficiente,

para que ele possa ter ampliadas as chances de inserção variada, no mercado de trabalho”. Para esse autor,

[...] a qualificação para o trabalho essencializa um projeto de vida e, no caso da pessoa com deficiência, significa incorporar, adicionalmente, rotas de construção segura de identidades sociais e coletivas. Não se pode retirar destas pessoas este direito inalienável, sob pena de se violarem dois primados do Estado Democrático de Direito, presentes na Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana e a edificação de uma sociedade solidária (CARNEIRO, 2005, p. 24).

Diante das exigências do mercado é importante que se indague quem será esse docente que tem, como objetivo, formar esse profissional, requerido pela atual sociedade, levando-se em consideração, as especificidades de cada um dos sujeitos que estão sendo formados. Nessa perspectiva, deve ser um profissional diferente daquele com formação tradicional, que se preocupava, apenas, com a memorização de conteúdos e processos (REHEM, 2009). Essa autora afirma, ainda, que, os conteúdos memorizados “respondiam às necessidades da regularidade do trabalho e, nesses cenários, defasados no tempo, se faz necessária a atuação dos professores-formadores desses profissionais que, o século XXI exige, cujo perfil deve atender aos novos requisitos” (REHEM, 2009, p. 21).

Carneiro (2005, p. 18) afirma que, na educação profissional inclusiva, há necessidade de “uma intensa reavaliação do planejamento e do foco dos cursos de educação profissional oferecidos”, pois, segundo esse autor, existe uma grande dificuldade, por parte das empresas, para contratação de pessoas com deficiência, tendo em vista a inexistência de pessoal qualificado para preenchimento das vagas oferecidas (CARNEIRO, 2005). Segundo documento publicado pelo MTE, “a contratação de pessoas com deficiência deve ser vista como qualquer outra, eis que se espera do trabalhador nessas condições, profissionalismo, dedicação, assiduidade, enfim, atributos ínsitos a qualquer empregado. Não se quer assistencialismo, e sim oportunidades” (BRASIL, 2007, p. 12). Para Duek (2014, p. 57)

[...] qualquer aluno, especialmente o aluno com deficiência, pode pensar e crescer no ambiente escolar. O docente deve propiciar espaços para propostas e atividades diferenciadas, em que os alunos vivam experiências multidisciplinares, raciocinem criticamente sobre os conteúdos, aprendam a solucionar problemas e, principalmente, acreditem que são agentes ativos do processo de aprendizagem.

A Lei n. 8.213/91, também, conhecida como Lei de Cotas⁵, dispôs no ano de 1991, que as empresas com mais de 100 (cem) empregados, são obrigadas a preencherem parte de seu quadro de funcionários, com pessoas com deficiência (BRASIL, 1991). Essa Lei tem como objetivo, “abrir o mercado de trabalho para um segmento que não consegue competir em igualdade de condições com as demais pessoas”, dando a eles possibilidades

5 O artigo 93 da Lei n. 8213/91 faz referência às cotas obrigatórias, para contratação de pessoas com deficiência, por empresas com mais de 100 funcionários.

de responderem às exigências do mercado de trabalho, com competência e eficácia. “Trata-se de materializar a igualdade real entre as pessoas a partir do pensamento de que a verdadeira igualdade consiste em se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na justa medida da desigualdade” (BRASIL, 2007, p. 12).

Sobre esse aspecto, Carneiro (2005, p. 18) aponta a necessidade de uma reavaliação do planejamento e do foco dos cursos de Educação Profissional, admitindo a interface com outras áreas, para atendimentos aos estudantes com deficiência. Ele afirma que, existe uma abundante legislação sobre o assunto, mas as instituições formadoras não apresentam soluções criativas, ou seja, não reveem os conceitos, nem viabilizam práticas pedagógicas que possam articular e integrar “atendimento clínico, organização institucional e programação diversificada de qualificação para o trabalho (CARNEIRO, 2005, p. 18).

Assim, objetiva-se formar um profissional, que possa contribuir com seu trabalho, para beneficiar a sociedade, na qual está inserido e se desenvolver como cidadão. O professor, para todos os estudantes e para aqueles com deficiência deve ser “um profissional, facilitador do processo de ensino-aprendizagem, que garanta as possibilidades de interação, de relação e de troca de ideias e ideais” (GOMES; MARINS, 2004, p. 101), seu papel “passa a ser o de semeador de desejos, levando os alunos à construção de projetos pessoais articulados aos projetos da coletividade na qual se inserem, exercendo efetivamente sua competência” (GOMES; MARINS, 2004, p. 107). Duek (2014, p. 57) acrescenta que “o professor deve possibilitar que esses jovens reflitam sobre sua realidade, façam perguntas, busquem respostas e proponham alternativas de ação”.

Ao se pensar na educação profissional, para pessoas com deficiência, não é suficiente que elas sejam preparadas para realizarem um trabalho produtivo, mas é necessário que sejam dadas a elas, condições de acessarem campos profissionais que, estejam sendo disputados por outros trabalhadores, pois isso as tiraria de uma situação periférica do sistema econômico e das oportunidades de trabalho (CARNEIRO, 2005).

Rehem (2009) realizou um estudo que objetivou promover a “identificação de um perfil profissional de professor do ensino técnico-profissional que corresponda às necessidades da formação dos técnicos, considerando o contexto produtivo e social da contemporaneidade” (REHEM, 2009, p. 19). O que se pode inferir a esse respeito é que, nesse novo perfil, é fundamental se considerar, que esse profissional precisa ser formado, também, na perspectiva da educação inclusiva e que tenha como meta, o trabalho com a diversidade.

No estudo realizado por Rehem (2009), ela propôs duas perguntas, que nortearam seu trabalho e podem subsidiar ações para a formação de professores para a atualidade: “qual a realidade e quais as tendências contemporâneas do trabalho e dos trabalhadores? E que perfil profissional se configura para o novo técnico”? (REHEM, 2009, p. 25). Em seu estudo, foi possível, identificar um perfil, que foi denominado “perfil contemporâneo do

professor de educação técnica brasileira” (REHEM, 2009, p. 90)⁶.

A sociedade brasileira, neste momento histórico, segundo Rehem (2009), exige que os profissionais exerçam novos papéis e tenham novas capacidades, para atuarem “com efetividade na inteligência dos processos sociais e produtivos” (REHEM, 2009, p. 20). Essas características, conforme Kuenzer (1998, p. 120), podem, assim, ser definidas:

[...] capacidade de comunicar-se adequadamente, através do domínio dos códigos de linguagem, incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica. A autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando conhecimento científico, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a autonomia moral, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e de sociedade, através da responsabilidade da crítica, da criatividade.

Para Rehem (2009), no passado, essas exigências não eram tão intensas, como na atualidade, o que faz com que “o professor, como profissional, não escape a elas. E esses requerimentos ficam mais evidentes, quando se trata do professor que forma, diretamente, profissionais para atuação na vida produtiva” (REHEM, 2009, p. 20), pois o mercado de trabalho se torna, cada vez mais, exigente e competitivo.

Quando se trata de professores, que formam profissionais com deficiência, para atuação na vida produtiva, Manica e Caliman (2014) acrescentam algumas características que devem estar presentes nesses educadores que, deverão receber cursos de formação para que possam desenvolver ou adquirir as referidas características. Essas características foram assim descritas:

[...] paciência, crer nas potencialidades do aluno, metodologia diferenciada, qualificação profissional na área, aprendizagem mediada, avaliação diferenciada, diálogo, superação do preconceito, ousadia, humildade, práticas relacionadas com a cidadania, trabalho socioeducativo e a transmissão de valores (MANICA; CALIMAN, 2014, p. 55).

Dessa forma, percebe-se que, na educação profissional, o professor não deve ser, apenas, aquele que transmite o conhecimento técnico. É evidente que esse conhecimento é, de suma importância, pois, de acordo com Rehem (2009), é fundamental que o sujeito, capacitado para exercer o papel de técnico de nível médio, precisa “saber fazer, com técnica, o processo produtivo para o qual se especializa, saiba explicar seus fundamentos e propor alternativas criativas para esse fazer” (REHEM, 2009, p. 100), mas quando se trata de estudantes com deficiência, é preciso ainda, saber lidar, não só com as limitações desses sujeitos, mas, também, com suas frustrações, pois é comum se considerar que pessoas com deficiência, precisam provar, o tempo todo, que são seres capazes e trabalhadores produtivos. É necessário que se construa “outro tipo de pedagogia, além de

⁶ Para acesso ao resultado completo dessa pesquisa, conferir: REHEM, Cleunice Matos. Perfil e formação do professor da educação profissional técnica. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009. p. 90-93.

políticas educacionais vigorosas para sua consecução” (REHEM, 2009, p. 29).

De acordo com Carneiro (2005), estar trabalhando e, ser produtivo, tem tanta importância para as pessoas com deficiência, quanto para aqueles sujeitos, sem deficiência. Da mesma forma, estar desempregado “produz as mesmas insatisfações, frustrações e formas de infelicidade que para qualquer outra pessoa” (CARNEIRO, 2005, p. 39). Contudo, o desemprego, relativo às pessoas com deficiência, muitas vezes, carrega o estigma da incompetência, em função do preconceito sobre sua condição específica e, essa condição de desemprego pode, muitas vezes, estar ligada à qualificação inadequada, ou à formação profissional realizada, tardiamente. Para Carneiro (2005, p. 39-40),

[...] o atual estágio de desenvolvimento das ciências e das ciências pedagógicas aponta a inteira possibilidade de pessoas com deficiência desenvolverem competências profissionais, aprenderem, com adequação, formas objetivas de realização profissional e, assim, serem produtivas. Tudo depende de uma adequada avaliação de seu potencial, de suas capacidades e do exercício de funções consentâneas com suas particularidades. Há vários estudos e pesquisas confirmando que estas pessoas se tornam excelentes trabalhadores quando afeiçoadas àquilo que fazem.

Diante do exposto, percebe-se que, no que se refere à educação profissional, existe uma grande responsabilidade, por parte dos professores dessa modalidade de educação, em oferecer uma capacitação, que possibilite aos sujeitos com deficiência, plenas condições de trabalho e de inserção social. Para Ribas (2000, p. 36), os professores da educação profissional devem formar sujeitos que se tornem capazes, de construir/reconstruir o saber, aptos para obter informações e interpretá-las, adequadamente, sendo ativos, críticos e reflexivos, capazes de construir suas próprias histórias, definindo seus destinos, neles atuando e transformando-os. Esses sujeitos, independentemente de serem ou não, pessoas com deficiência, são os profissionais, exigidos pelo mercado de trabalho no início deste século. E, “a laborabilidade ou a trabalhabilidade, entendida como componente da dimensão produtiva da vida social e, portanto, da cidadania, é objetivo primordial da educação profissional” (BRASIL, 2000, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos referentes ao atendimento às pessoas com deficiência, na educação profissional, têm mostrado as grandes dificuldades encontradas pelos professores dessa modalidade de educação, pois a possibilidade da capacitação profissional desses sujeitos ainda é, muitas vezes, desacreditada.

Para esse trabalho, exige-se dos professores muito mais do que uma simples transmissão de conteúdos e, muitos professores não conseguem ir além disso, oferecendo aos estudantes, uma precária formação, que vem acarretando, não só dificuldades nas suas inserções no mercado de trabalho, como também, nas suas permanências nos postos

de serviço.

As mudanças sociais e econômicas, ocorridas na modernidade, proporcionaram uma nova exigência a todas as pessoas, inclusive, àquelas que possuem deficiência. As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados, com níveis de escolaridade mais elevados, o que impactou na contratação de pessoas com deficiência.

No entanto, passou-se a não se aceitar mais, que esses sujeitos vivam eternamente na dependência de seus familiares e de tutores, tendo em vista, a necessidade de que todos participem, efetivamente, daquilo que a sociedade lhes oferece e, em contrapartida, que ofereçam algo, em benefício dessa mesma sociedade.

Dessa forma, se faz necessário, rever as propostas pedagógicas das instituições que oferecem a educação técnica profissional, sendo necessário, que elas reflitam sobre a necessidade de se pensar essa capacitação na perspectiva da diversidade, pois, mesmo que as pessoas com deficiência apresentem limitações, há uma gama enorme de habilidades que podem ser, desenvolvidas por elas. Por isso, o foco dessas instituições precisa migrar do déficit, para o potencial, da incapacidade para as possibilidades, pois atuando nessa perspectiva, é possível que se atinja a inclusão social dos sujeitos com deficiência, através do trabalho.

Nesse contexto, é fundamental que se tenha claro, de que forma os professores, das escolas de formação técnico-profissional podem trabalhar, com estudantes com deficiência, para que eles desenvolvam as habilidades necessárias para exercerem as funções desejadas e deve-se questionar as instituições que, não qualificam esses estudantes, para enfrentarem o desafio de competirem no mundo laboral.

Diante disso, o que os professores deverão ofertar aos estudantes com deficiência se constitui como uma formação profissional que lhes dará condições para trabalharem, tendo em vista que, as atuais exigências, para esses sujeitos, no que se refere à melhoria das condições educacionais e da qualificação profissional, estão, diretamente ligadas à busca de inclusão social e de melhores condições de vida, pelo trabalho. Isso difere do que acontecia até então, quando, geralmente, eles eram inseridos em subempregos, que não lhes davam condições de serem independentes financeiramente, colocando-os em situações de precariedade, que não lhes conferia, essa independência.

Percebe-se, pelo exposto, que se torna urgente se pensar na formação dos professores da educação técnica profissional, para o trabalho com estudantes com deficiência, pois constata-se que eles não estão adequadamente capacitados para desenvolverem um efetivo trabalho de formação com esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2 ed. Brasília: MTE, SIT, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16/02/2019.

BRASIL. **Lei n. 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 19/02/2019.

BRASIL. **Lei n. 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (alterada por diversas leis de 1997 a 2017). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso realizado em 26/08/2017. Acesso em 20/02/2019.

BRASIL. **Lei n. 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em 17/02/2019.

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 17/02/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, 2000. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>. Acesso realizado em 21/08/2017. Acesso em 18/02/2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 16**, aprovado em 05/10/99. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Homologado em 25/11/99. DOU de 26/11/99. Disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>. Acesso em 19/01/2019.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Educação profissional para pessoas com deficiência: cursos e programas inteligentes**. Brasília: Instituto Interdisciplinar de Brasília, 2005.

CARVALHO, Francisco. Reflexões em torno da inclusão em contexto educativo. In.: FREITAS, Soraia Napoleão (Org.). **Tendências contemporâneas de Inclusão**. Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 2008.

DUEK, Viviane R. Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. **Educação em Revista**. FAE/UFMG. Vol. 30, n. 2, agosto de 2014.

GOMES, Heloisa M., MARINS, Hiloko O. **A ação docente na educação profissional**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. Globalização e educação: novos desafios. IX ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, **Anais...** vol. 1. Águas de Lindoia, 1998, pp. 116-135.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A formação de professores para a educação profissional técnica de nível médio. CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 10., 2009. Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A Pesquisa sobre a formação inicial e continuada de professores para a educação profissional. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 6., 2011. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MANICA, Loni E. e CALIMAN, Geraldo. As características, habilidades e competências exigidas para o docente atuar na educação profissional com alunos com algum tipo de deficiência. **Boletim técnico**. SENAC, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 54-73, maio/ago, 2014.

REHEM, Cleunice Matos. **Perfil e formação do professor da educação profissional técnica**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

RIBAS, Mariná Holzmann. **Construindo a competência**: processo de formação de professores. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

SANTOS, Jurandir dos. **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

VIÉGAS, Conceição de Maria Corrêa. **Educação Profissional – indicações para a ação**: a interface educação profissional/educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 159, 240, 241, 242, 244

Ambiente escolar 54, 55, 77, 127, 161

Aprendizagem 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 17, 20, 21, 25, 31, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 93, 125, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 148, 149, 151, 152, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 169, 172, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 207, 211, 232, 234, 237, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252

Aprendizaje activo 97, 98

Autorretrato 54, 55, 56, 57

B

Branqueamento 54, 55, 56, 57

C

Cognição 202, 213, 215, 246, 248, 251

Cultura da convergência 125, 126, 134

Currículo 71, 74, 76, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 111, 132, 133, 134, 135, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 158, 159, 171, 179, 211, 231, 233, 234, 249

D

Danças 85, 193, 194, 195, 196, 199

Deficiência visual 240, 241, 242, 244, 245

Democratização 1, 96

Desconstrução 54, 184

Desmistificação 194

Diferença 120, 143, 144, 145, 146, 151, 152

Discentes 33, 34, 36, 204

E

Ecuador 66, 97, 102

Educação 1, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 19, 20, 22, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 43, 44, 50, 54, 57, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 125, 126, 129, 134, 135, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 178, 179, 180, 183, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 238, 239, 245, 246, 253

Educação ambiental 94, 231, 233, 238

Educação de jovens e adultos 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 214

Educação do campo 70, 76, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96

Educação especial 159, 167, 200, 209

Educação física escolar 193, 194, 195

Educação infantil 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86

Educação popular 88, 90, 92, 96, 205

Educação profissional 75, 76, 86, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167

Educación superior 97, 107, 108, 111

Ensino 1, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 33, 35, 38, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 59, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 82, 86, 88, 93, 94, 125, 127, 129, 133, 150, 152, 156, 157, 158, 160, 162, 166, 168, 169, 170, 172, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 215, 217, 220, 221, 223, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 246, 249, 253

Ensino-aprendizagem 10, 77, 125, 127, 129, 162, 249

Ensino básico 168, 194

Ensino de Ciências 184, 186, 192, 231, 232, 234, 238

Ensino de Física 59

Ensino médio online 7, 8, 16

Ensino primário 19, 20, 21, 23

Era digital 45, 46, 47, 49, 130, 135

Estudantes com deficiência 153, 155, 156, 160, 162, 163, 165

Estudos Culturais 143, 145, 152

Evasão 33, 34, 35, 36, 42, 43, 44

Êxito 33, 34, 35, 70, 77, 79

F

Formação de educadores 94, 95, 166, 200

Formação de professores 132, 134, 153, 162, 166, 167, 200, 202, 207, 215, 230, 238, 253

Formação profissional 45, 46, 70, 73, 158, 164, 165, 192

Formadores 136, 161, 202

H

Hidrovia 116, 117, 118, 119, 123, 124

História da Educação Matemática 19

I

Identidade 54, 56, 57, 95, 143, 144, 146, 151, 152, 159, 184, 194

Imagens 217, 218, 220, 222, 225, 226

Inclusão digital 240, 241, 242, 245

Inclusión 136, 138, 139, 141, 142

Innovación educativa 97, 98, 108

Inovação 10, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 76, 135

Interacción 101, 102, 111, 136

Interações 182, 183, 184, 187, 188, 190, 191

Interdisciplinaridade 88, 90, 93, 94, 170, 171, 172, 178, 179

L

Leitor de tela 240, 241, 243

Leitura 8, 81, 86, 96, 126, 131, 132, 133, 179, 196, 206, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 250, 251

Ludicidade 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 253

M

Material didático online 7

Memória 211, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252

Método intuitivo 19, 20, 24, 25, 30

Metodologias de ensino 246, 249

Modelagem matemática 12, 116

Modelo reduzido 116

Motivação 10, 11, 157, 182, 185, 193, 250, 251

Mulheres 16, 150, 171, 205, 208, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

O

Obstáculos didáticos 168

P

Pedagogia da alternância 88, 90, 91

Pensamento estatístico 168

Permanência 33, 34, 35, 43, 70, 153, 154, 156

Pesquisa 6, 12, 19, 21, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 54, 56, 73, 76, 77, 79, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 144, 147, 153, 156, 163, 166, 169, 171, 172, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 196, 198, 200, 203,

204, 205, 207, 210, 215, 217, 218, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 253

Plataforma móvel 58, 59

Política pública 1, 5

Potencial de aprendizado 58, 59

Práticas Pedagógicas 36, 45, 57, 77, 78, 79, 82, 86, 134, 151, 155, 160, 162, 183, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213

Privatização 1, 3, 4

Productividad 109, 111, 112, 115

Professoras 79, 83, 84, 86, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

R

Racismo 54, 55, 57, 146

Revista de Educação 57, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

S

Sala de aula invertida 7, 11, 12, 13

Segurança da navegação 116

Sistema métrico 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Smartphone 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

T

Tecnologia assistiva 11, 240, 241, 245

Tecnologías educativas 109, 111

Teorias críticas e pós-críticas 143, 145

TIC 106, 109, 114, 127, 135

Transformação 4.0 45, 46, 47

U

Universidade Estadual de Goiás 33, 35, 44

V

Vulnerabilidad 136, 141

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

3



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

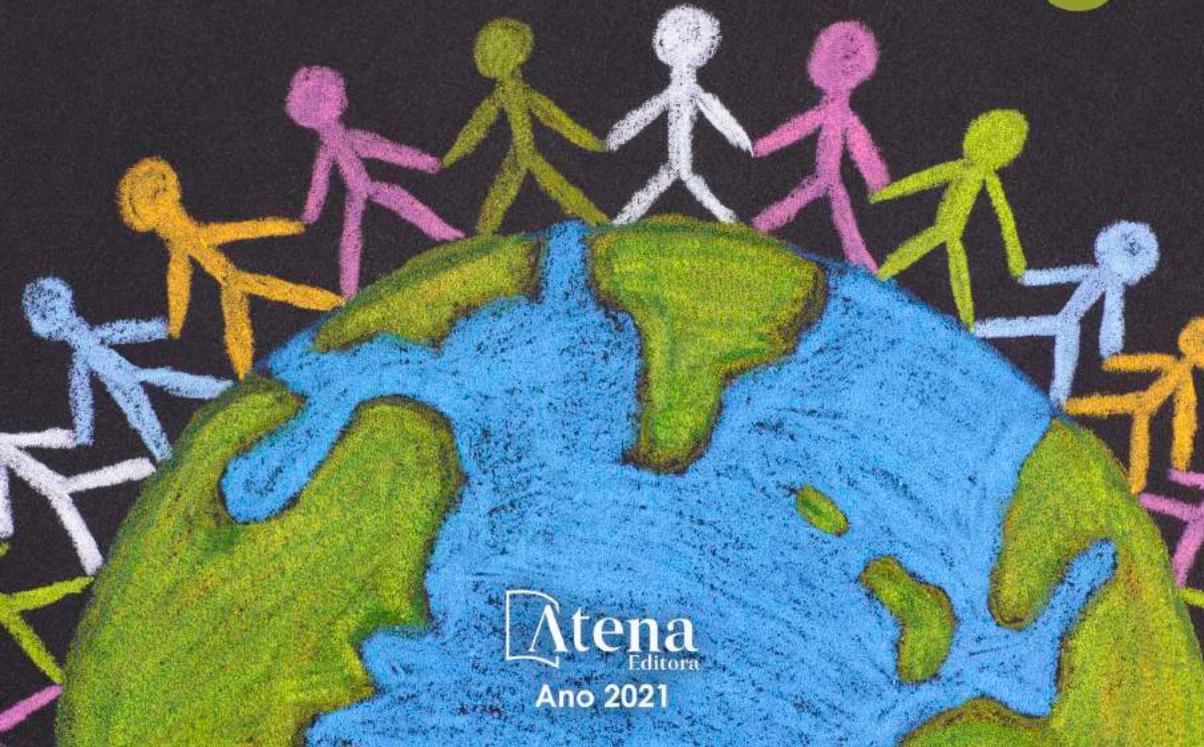
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana

3



Atena
Editora

Ano 2021